

**Das (possíveis) perversas faces das políticas de inclusão escolar: o que o ensino de
História tem a ver com isso.**

Fernando Seffner*

Resumo: Em conexão com o foco do simpósio temático – o ensino de história e os desafios do tempo presente – elegemos como campo de reflexão a inclusão escolar, que constitui hoje um importante discurso na área de educação e na elaboração de políticas públicas – as políticas de inclusão, das quais as cotas constituem um exemplo. Dentro desse campo recortamos algumas questões provocativas: a inclusão é sempre "boa"? Os processos de inclusão são sempre desejáveis? Quem desenha, gerencia e controla as políticas de inclusão? De que formas são conduzidas às negociações com a cultura de grupos específicos ao longo de um processo de inclusão? Analisamos a inclusão como possível estratégia de "normalização" cultural, e a relacionamos com questões de identidade cultural, diversidade e diferença.

Palavras chave: Políticas de inclusão – educação – ensino de história

Abstract: According to the goal of this working group – the history teaching strategies and the issues of nowadays – we focus on the question of "school inclusion". Today, the discussions about this topic are an important issue in education debates. A good example of this is the recent legislation about the inclusion of quotes for Afro-Brazilian students in the public universities. We have a group of provocative questions which aim at promoting a debate: Are inclusion processes always good? Who is it that plans, manages and controls these processes? How are negotiations conducted among specific groups in terms of cultural characteristics and traditions, and the general issues of the school culture? The strategies of school inclusion are possible strategies of homogeneous processes, and we have problems in relation to cultural identities, diversity and differences in principles of respect.

Keywords: Inclusion politics – education – history teaching

Introdução

De forma quase unânime nos documentos oficiais e no discurso escolar, a idéia de "incluir" é tomada como positiva, e são tomados como positivos o desejo de ser "incluído" e a reivindicação de "inclusão", quando provenientes dos alunos e alunas. O combate aos mecanismos de "exclusão" está presente de forma potente nas falas de muitos atores sociais em educação, e não conseguimos imaginar que no atual momento um professor ou professora inicie uma fala com a frase "eu sou contra a inclusão escolar". Em particular, lembramos das políticas públicas de inclusão, dentre as quais a discussão das cotas para populações específicas tem ocupado grande espaço nos debates.

* Doutor em Educação, Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Nesse campo recortamos então algumas questões provocativas, que mais servem para fazer pensar do que propriamente para encontrar uma resposta "adequada" aos dilemas postos pelas políticas de inclusão: a inclusão é sempre "boa"? Os processos de inclusão são sempre desejáveis? Quem desenha, gerencia e controla as políticas de inclusão? De que formas serão conduzidas às negociações com a cultura de grupos específicos ao longo de um processo de inclusão? Muitas outras perguntas podem ser pensadas, nesse eixo que articula certa "desconfiança" com as políticas de inclusão. Algumas questões de ordem teórica auxiliam a compreender este campo de discussão: o exame dos conceitos de inclusão e exclusão na ótica de Foucault; a inclusão como estratégia de "normalização" cultural; diferenças entre simples acesso (aos bancos escolares) e inclusão "de verdade"; conexões entre processos de inclusão, identidade cultural, diversidade e diferença; inclusão e aprendizagem; tarefas do ensino de História nas políticas de inclusão escolar.

Na escrita da presente comunicação, foi aproveitada parte de um artigo escrito em 2006 a pedido do Ministério da Educação - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, onde o objetivo era discutir algumas "armadilhas" das políticas de inclusão da diversidade sexual na escola, para fins de avaliação de programas propostos pela secretaria. No sentido de melhor organizar a exposição do que pretendemos discutir aqui, apresentamos inicialmente considerações acerca do momento atual da escola brasileira e do alcance das políticas de inclusão. A seguir, levantamos questões que problematizam aspectos dessas políticas, e seus impactos no cotidiano escolar. Por fim, apresentamos alguns "desafios para pensar" na relação entre o ensino de história e as políticas de inclusão escolar.

Momento atual da escola pública brasileira: breves considerações

Nos últimos anos, contra todas as adversidades, a escola pública brasileira experimentou um notável crescimento no nível fundamental de ensino, conseguindo praticamente atingir o acesso universal. Ou seja, pela primeira vez na história brasileira, temos vagas para todas as crianças em idade de cursar as séries do ensino fundamental. Também tivemos uma grande ampliação no acesso ao ensino médio, e nas modalidades de educação de jovens e adultos. O ingresso de tantas e tão diferentes crianças e jovens, a maioria pertencentes a setores da sociedade tradicionalmente excluídos dos benefícios da

educação (e, por conseqüência, do exercício pleno da cidadania), vem causando forte impacto nas estruturas escolares.

Em particular, esse impacto é percebido quando da definição de temas e conteúdos a serem ensinados, de regras de conduta e convívio escolar a serem obedecidos, de modalidades de avaliação dos conhecimentos e das atitudes, de formas de progressão (ou retenção) do aluno em determinada série, dentre outros quesitos. Frente a novos públicos de alunos, seguiremos ensinando o que sempre ensinamos? Frente a novas demandas da sociedade, seguiremos mantendo o currículo que sempre praticamos? Que critérios devemos adotar para proceder a mudanças curriculares na escola? Tudo que a sociedade solicita a escola deve atender? E se a escola tiver que escolher entre atender a uma demanda de um setor, que é contrária a demanda de outro setor, que critérios ela deve lançar mão para fazer esta escolha? Estas são perguntas bastante complexas de responder, não admitem respostas simples, dando margem a muita discussão.

O ingresso dos tradicionalmente excluídos na escola conta, em princípio, com a simpatia dos professores e professoras, e isto se manifesta no uso dos termos “inclusão”, “escola inclusiva”, “inclusão escolar”, “avaliação inclusiva”, “dinâmicas de inclusão”, “pedagogia inclusiva”, cada vez mais freqüentes no vocabulário docente. Também no nível dos administradores de sistemas escolares essa idéia está presente, particularmente na profusão de slogans do tipo “escola para todos” ou “educação para todos”. A idéia da inclusão conquistou hoje uma quase unanimidade no discurso pedagógico. É praticamente impossível escutar alguém dizer “eu não sou favorável à inclusão dessa gente toda na escola, é aluno demais”. Ocorre hoje com a idéia da inclusão algo parecido com o que já aconteceu com a interdisciplinaridade. Nos últimos anos, todos são favoráveis à criação de estratégias interdisciplinares na escola. É difícil escutar algum professor dizer “cada um deve ensinar e se preocupar com a sua própria disciplina, e pronto!”.

A aparente unanimidade entre os professores e administradores do ensino e o enorme consenso em torno da meta da inclusão não são suficientes para esconder a polêmica: se por um lado todos concordam com a noção geral de que os indivíduos têm que ser incluídos nos processos educativos, por outro as divergências sobre como fazer isso são enormes. Ao enfrentar uma discussão mais detalhada sobre as modalidades de inclusão efetiva e concreta de determinados alunos, nos deparamos com preconceitos, manifestações

de estigma e discriminação, contra os alunos negros, os alunos pobres, aqueles que são provenientes de famílias com arranjos bem diferentes do modelo tradicional, aqueles com deficiências auditivas, motoras, visuais ou cognitivas, aqueles que são portadores do vírus HIV, aqueles que demonstram uma orientação sexual diversa da heterossexual, os muito gordos, os feios e muitos outros.

Falar de inclusão, enquanto tratada em nível geral, não traz problemas. Mas encontramos divergências de todo tipo, quando se trata de discutir o que deve ser feito, como deve ser feito, quando deve ser feito, quem está habilitado a fazer. As divergências não se dão apenas na discussão dos caminhos e métodos para efetuar a inclusão. Há um nível mais problemático de discussão, que diz respeito a quem “merece” ou não ser incluído. Exemplificando: quando se fala na inclusão de alunos surdos, em geral todos os professores, os administradores do sistema educacional e as comunidades escolares são favoráveis, e a discussão se concentra em “como” vamos fazer para incluir estes alunos nos processos de aprendizagem, que materiais necessitamos para realizar esta inclusão, que estratégias de trabalho temos que aprender para auxiliar estes alunos, que equipamentos a escola deve ter para fazer este trabalho, etc. Ou seja, é claramente uma discussão acerca de métodos pedagógicos.

Mas quando se trata de assegurar a inclusão dos que já repetiram muitas vezes à mesma série, daqueles que encontram muita dificuldade em aprender, daqueles que não revelam interesse pela escola e pelo aprendizado, a discussão muda de figura, e aparecem outras questões, em geral ligadas às concepções que os professores e professoras têm acerca do que constituem as obrigações dos alunos. Para muitas professoras, a aluna que reprovou muitas vezes por ser namorada é quase uma “sem vergonha”. O rapaz que só vem à escola para jogar futebol e bagunçar é quase um marginal em certos discursos, e o melhor seria que ficasse de fora da escola. Sabemos bem que são situações difíceis de serem encaminhadas adequadamente pelas direções das escolas e pelos professores, em parte devido as precárias condições de funcionamento da maioria delas. Entretanto, já foi possível verificar que, nas redes escolares onde as condições de infra-estrutura são muito boas, mesmo assim para a maioria dos professores a escola deve acolher apenas aqueles alunos que querem estudar, e expulsar os que não querem.

O que fica claro é que há um pensamento de fundo que articula as noções de quem merece ser incluído, e quem não merece. Há um código de valores que precisa ser discutido. Segundo esse código, tem gente que não merece ser incluída, e quem não merece tem que ser então excluído. Muitas vezes, analisando o discurso escolar, fica claro que apenas aqueles que de fato desejam ser incluídos devem ser incluídos. Dessa forma, quem "resiste" a proposta de conteúdos e competências da escola, é de imediato rotulado como alguém que não quer ser incluído, e o melhor então é que fique de fora. Mas estamos tratando de crianças e adolescentes, que não tem clareza com relação à importância dos aprendizados escolares para seu futuro, profissional e pessoal, e que não podem ser tratados como sujeitos portadores de um plano racional para suas vidas. Por outro lado, se pararmos para pensar nos conteúdos que ainda são ensinados nas escolas, na disciplina de História e em outras disciplinas, e se pensarmos num cenário futuro, certamente perceberemos muitas incongruências. Tudo isso produz, muitas vezes, uma exclusão na inclusão, situação que vamos analisar com mais calma logo adiante.

Políticas de inclusão: desafios

Retomando o que já foi dito acima, a escola pública brasileira vive hoje o desafio de aceitar os “diferentes”, aqueles desde sempre ausentes do espaço escolar, ou que nele estiveram apenas por breves passagens, sendo logo excluídos. Diferenças de raça, classe social e econômica, orientação sexual, organização familiar, pertencimento religioso, diferenças físicas em termos de possibilidades do corpo (cadeirantes, alunos com deficiências físicas como a surdez), diferenças de geração (alunos mais jovens e alunos mais velhos misturados na mesma turma), e muitas outras. Mas o desafio vai além da aceitação, o compromisso maior da escola é com a garantia das aprendizagens desses alunos, pois escola é lugar de aprendizagens, essa é a tarefa da escola e principalmente do professor, o profissional que lá está para organizar, coordenar e avaliar os processos de aprendizagem.

A escola pública brasileira foi, e é ainda, largamente utilizada como instrumento de exclusão da cidadania plena. Numa sociedade como a brasileira, onde muito poucos estão equilibrados no patamar superior, por cima de uma enorme massa de excluídos, é normal que os de cima queiram utilizar a escola para justificar essa situação. Infelizmente, boa parte do trabalho pedagógico ainda tem esse viés, e isso vale em especial para os processos de avaliação e progressão dos alunos. As boas oportunidades, de vida e de trabalho, são poucas

no Brasil. É necessário encontrar uma boa justificativa para dizer aos pobres porque eles não conseguem ocupar certas posições. A escola colaborou ativamente com isso por décadas. Ela fornecia uma espécie de “atestado” para os mais pobres de que eles não tinham mesmo condições de seguir adiante nos estudos, viviam sendo reprovados, tinham um desempenho péssimo no rendimento escolar, não sabiam ter comportamentos adequados em sala de aula, não tinham bagagem cultural anterior, eram oriundos de famílias desestruturadas, não tinham noção de futuro profissional, não estavam inseridos em redes de amizades adequadas, etc. Entretanto, de forma corajosa, grupos de professores e de administradores escolares vem se esforçando, ao longo de décadas, para efetivamente mostrar que a escola pública pode ser um local de aprendizagens e instrumento de melhoria de vida para os mais pobres, para os excluídos em geral, como vieram a ser conhecidos nos últimos anos.

Em resumo, o percurso escolar tanto pode marcar o aluno como sendo um incapaz, herança que ele vai levar para o resto da vida, e que vai ser acionada como justificativa para explicar porque ele não obteve sucesso; como pode o percurso escolar servir de instrumento efetivo para melhoria de vida do aluno, assegurando possibilidades de superação da exclusão. Não há uma garantia, a priori, de que as coisas vão se passar de acordo com um determinado percurso ou outro. E isso depende de uma soma variável de fatores, onde entram a família, a rede de apoio do aluno (em termos de amigos e de serviços que ele pode acessar), as políticas educacionais, as flutuações na auto-estima do aluno, o momento político e social que vive o país, etc. No meio dessa soma de fatores variáveis, o que interessa ver de perto nesse texto são aqueles fatores que dizem respeito mais diretamente à sala de aula de História como um espaço que garanta inclusão e aprendizados efetivos, e ao professor de História como um profissional capaz de fazer diferença na vida dos seus alunos. Pois a escola, repito, é local fundamentalmente de aprendizagens, embora saibamos que nelas os alunos e alunas vivem muitas outras situações, mas elas interessam sempre na ótica das aprendizagens possíveis.

Uma tarefa fundamental da escola pública brasileira nesse momento é constituir-se como um local que efetivamente possa fazer diferença na vida dos alunos provenientes de situações que acarretavam exclusão do acesso a ela. E para fazer diferença a estes alunos, que têm demandas tão diversas, a escola precisa se organizar para conhecer o que são estas diferentes realidades das quais provém os alunos, e que antes estavam ausentes do espaço escolar. A escola pública brasileira precisa livrar-se da sina de ser um local de exclusão, o que não é tarefa fácil, pois ela está marcada fortemente por este sinal. E não devemos esquecer

que há diversos grupos na sociedade que pressionam a escola ainda para que ela seja uma aliada nos processos de exclusão. Dizendo de novo, num país onde tão poucos têm acesso a tantos benefícios e riquezas, é bastante plausível pensar que estes poucos, que detêm grande influência sobre o funcionamento do aparelho estatal e particularmente da mídia, queiram ter a escola como aliada no sentido de manter essa situação, engrossando o contingente dos excluídos, e jogando a culpa da exclusão nos próprios excluídos, com o aval da escola.

Antes de passar adiante na argumentação, queria me demorar um pouco mais na compreensão das dinâmicas de exclusão na escola. O aparelho escolar se montou a partir de um sem número de pequenos procedimentos, pequenos rituais, rotinas, obrigações, códigos de direitos e deveres, construídos na ótica da exclusão e da segregação dos alunos em grupos particulares. A idéia de que o aluno que está incomodando deve ser expulso da sala de aula; a idéia de que o aluno que não apresenta um bom rendimento escolar tem que ser expulso daquele grupo e colocado em outro grupo; a idéia de que o aluno que é um pouco mais velho tem que ser colocado junto com os mais velhos; a idéia que já esteve em vigência por muitos anos de que meninos estudam com meninos, e meninas estudam com meninas; a idéia de que os alunos que tem deficiências físicas ou mentais devem estudar junto com os outros alunos que também são portadores das mesmas deficiências; etc. Nós professores temos que reconhecer que fomos formados dentro de um pensamento pedagógico que nos faz olhar para uma turma de alunos, e começar a retirar de dentro dela tudo o que em princípio “atrapalha”: aquele aluno ali que vive bagunçando podia ser expulso; aquela aluna que engravidou tomara que saia da escola, porque senão ela já vai atrapalhar, vai exigir cuidados especiais; alunos cegos e alunos surdos nem pensar em estar na minha sala de aula, isso atrapalha demais, como vou criar atividades levando isso em conta e ainda atender os “normais”; alunos com deficiência mental não podem estar junto com os demais, serão fatalmente motivo de gozação e piadas; alunos que já “descobriram” sua sexualidade constituem um perigo junto aos que ainda não descobriram, e devem então ser separados. E isso sem falar de sociedades e países onde negros não podiam estudar com brancos, ricos não podiam estudar com pobres, plebeus e nobres não podiam estudar juntos.

Exige de cada professor uma grande dose de força e de empenho pedagógico olhar para uma turma de alunos e alunas, com tanta gente diferente, e dizer: todos aqui podem aprender, e todos aqui têm algo a ensinar para os demais. Isso é algo que está na contramão de quase tudo que se vive na sociedade, e na contramão de boa parte do pensamento pedagógico

de senso comum mais tradicional, e especialmente está na contramão do que a mídia em geral divulga como sendo “modelos de sucesso” em matéria de se dar bem na vida, que são sempre carreiras marcadas por forte individualismo. Nos dias de hoje, uma professora tem que ter uma enorme dose de sensibilidade para lidar com a inclusão escolar, pois é difícil acreditar que surdos, cegos, gueis, lésbicas, travestis, cadeirantes, deficientes mentais, gente mais velha, bagunceiros e comportados, umbandistas e católicos, interessados e desinteressados, limpos e sujos, bem educados e mal educados, possam aprender em conjunto, num clima de inclusão, aceitação, respeito e harmonia. Isso explica porque, na maior parte das vezes, quando perguntado acerca da inclusão escolar, o professor diga que é favorável, mas logo em seguida comece a enumerar os problemas de se fazer isso. Os problemas logicamente existem, mas eles não devem constituir motivo para que se volte ao antigo sistema da exclusão sistemática dos diferentes.

Em parte, o professor precisa ser “convencido” de que a inclusão é boa. No geral, para ele, ela não é boa, ela é fonte de problemas intermináveis. É necessário estudo, paciência, debates, reflexões sobre o atual momento político e educacional brasileiro para que nós professores possamos perceber a riqueza da diversidade em sala de aula, sob todos os aspectos, e particularmente na questão da diversidade sexual. Se, por um lado, todos concordam acerca da beleza do aprendizado entre os diferentes, por outro isso é muito difícil de ser conseguido, exigindo de nós grande esforço de trabalho e uma disposição para aceitação e superação de preconceitos que não é fácil de ser mantida. Em parte, a escola precisa ser modificada para funcionar segundo a ótica da inclusão. Ela necessita de mais espaço, mais equipamentos, maior número de pessoal, mais infra-estrutura, mais recursos, para planejar atividades que incorporem essa diversidade, e produzam aprendizagens significativas para todos.

Ensino de história e inclusão: desafios para pensar

São inúmeras as possibilidades de que o ensino de História contribua para um bom andamento e um bom resultado das políticas de inclusão escolar. Abaixo enumeramos alguns dos desafios, combinados com sugestões de trabalho em sala de aula. O desafio maior aqui é tentar estabelecer o que é a inclusão pensada no nível da disciplina, da escolha de conteúdos, da elaboração da aula e do planejamento das aulas, na relação com a disciplina e com a

avaliação. Em geral se pensam e se discutem grandes estratégias de inclusão, e pouco se fala de como fazer isso no nível das disciplinas.

a) propor o estudo de tradições culturais nas quais os alunos estejam inseridos é uma ótima maneira de contribuir para que cada um se situe melhor no mundo em que vive. Cada um de nós está simultaneamente inserido em diversas tradições culturais, por força de pertencimento étnico, racial, religioso, familiar, de local de nascimento, de local de moradia, de adesão a estilos musicais, a grupos de lazer, a redes de amizade e parentesco, etc. Dessa forma, estaremos trabalhando o "fazer-se" do aluno, sua constituição histórica e cultural. O conhecimento que os professores possam ter acerca dos pertencimentos culturais dos alunos ajuda a propor situações de aprendizagem.

b) a percepção de que temos numa sala de aula alunos que pertencem a tradições culturais e políticas bastante diferentes deve ser motivo de debate, exercitando o diálogo, a construção de políticas de solidariedade e de compromisso, e de afirmação de pontos de vista argumentados.

c) a escola pública dever ser valorizada como um espaço político público, onde se convive com a diferença, construindo e negociando regras de relacionamento. As regras da escola são as regras do espaço público, regras democráticas de convívio, valorização e respeito da diferença. O espaço público é laico. Com isso não se está proibindo o estudo das religiões ou os debates acerca de crenças religiosas, pois as tradições religiosas constituem patrimônio importante da cultura de qualquer povo ou nação, e no caso do Brasil isso não é diferente, e deve ser valorizado. Apenas alertamos para um tratamento respeitoso e igualitário dos vários pertencimentos religiosos, evitando cair no monoteísmo religioso, que em geral privilegia o catolicismo e diminui a importância dos demais pertencimentos religiosos.

d) a inclusão escolar deve ser pensada na ótica das aprendizagens, incluídas aqui as aprendizagens na disciplina de História. A produção de conhecimento na aula de História deve enfrentar a idéia do "aluno que não aprende", investigando quais questões históricas e culturais dizem respeito a este aluno, e devem ser propostas a ela como oportunidade de estudo. Devemos a todo custo evitar a "patologização" da situação de não aprendizagem, feita em particular pela Psicologia e pela Medicina, que por vezes constroem a não aprendizagem

como doença, desconhecendo as relações sociais, políticas e culturais que podem explicar o desinteresse por determinados temas.

e) a discussão da inclusão escolar implica um “desarrumar a casa”, tal como já definido em vários textos. Não é possível pensar o programa de conteúdos em História como feito de pedra, frente a novos públicos e novas demandas. Mas também não devemos sucumbir a modismos de mudança, temos que ter critérios claros para efetuar modificações no programa.

Por fim, cabe salientar mais uma vez: não haverá educação de qualidade na escola pública sem uma preocupação verdadeira com a inclusão escolar. Mas não podemos perder de vista nossos limites, postos na pergunta: que tipo de inclusão a escola pode dar conta? Com isso, procuramos definir responsabilidades quanto às políticas de inclusão para o professor, para a escola, para o sistema de ensino, para os níveis mais altos de Estado e de governo. Identificamos um processo corrente na mídia e nas políticas de educação de atribuir ao professor a responsabilidade completa e total pela inclusão dos alunos, o que leva a eleger também o professor como o culpado, quando as estratégias de inclusão não dão o resultado esperado. Inclusão é parte de programas de governo, é preocupação do Estado, e deve ser levada adiante por muitos setores e atores políticos. A escola tem um papel importante, mas ela não pode pretender dar conta de tudo.